

MOVIMENTOS SOCIAIS NO CONTEXTO DA CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL

Ruth de Paula Gonçalves¹

Leonardo José Freire Cabó²

Adéle Cristina Braga Araújo³

Resumo

O presente texto insere-se no escopo mais abrangente de uma pesquisa em andamento que busca analisar os sentidos da relação entre trabalho e educação embutidos em programas oficiais de inclusão, a exemplo do PROJOVEM. O recorte aqui apresentado busca situar os movimentos sociais contemporâneos no contexto da crise estrutural do capital (Mészáros), submetendo, ademais, à crítica marxista ontológica os chamados novos movimentos sociais (NMS). Nessa perspectiva, aponta que os NMS passam, no mais das vezes, a ser vistos como parceiros do Estado na implementação das políticas públicas, como aquela aqui citada, o que configura, de fato, uma despolitização da luta social. Com base na ontologia marxiana-lukacsiana, reafirma-se que o homem busca sua liberdade a partir de sua atuação, embora só possa assim proceder, porque toda sua atividade já contém, como parte constitutiva necessária, também um momento de liberdade. Defende-se, nesse sentido, a luta rumo ao socialismo, que traduzirá a ruptura com a ordem vigente, tarefa difícil, porém não infrutífera.

Palavras-chaves: Movimentos Sociais; capital; crise estrutural.

SOCIAL MOVEMENTS IN THE CONTEXT OF CAPITAL STRUCTURAL CRISIS

¹ Doutora em Educação. Professora do Curso de Psicologia do Centro de Humanidades da Universidade Estadual do Ceará - UECE. Professora do Curso de Mestrado Acadêmico em Educação - CMAE/UECE. Pesquisadora colaboradora do Instituto de Estudos e Pesquisas do Movimento Operário - IMO/ UECE. E-mail: ruthm@secrel.com.br

² Aluno do Curso de Pedagogia da Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos - FAFIDAM/UECE. Bolsista de Iniciação Científica - FUNCAP junto ao IMO/UECE. E-mail: freirecabó@yahoo.com.br,

³ Aluna do Curso de Pedagogia da UECE. Bolsista de Iniciação Científica - IC/UECE junto ao IMO/UECE. E-mail: adele_arte@yahoo.com.br

Abstract

The paper is linked to the broader scope of an ongoing research project which aims at analyzing the meanings of the labor-education relationship presupposed in the realm of official inclusive training programs like the one known as PROJOVEM. The particular segment presented herein attempts to place the current social movements in the context of capital structural crisis (Mészáros), putting, moreover, the so called new social movements (NMS) under the scrutiny of the ontological Marxist critique. In this sense, it notices that, on an ordinary basis, the State takes the NMS as partners in the implementation of public policies, such as the above mentioned one, which brings about a *de-politization*, so to say, of social struggle. Based upon Marxian-Lukacsian ontology, it reaffirms that man undergoes his search for freedom through his own actions, only being able of doing so, in view of the fact that his activity already contains, as a necessary constituent part, a moment of freedom. In conclusion, it defends the battle towards socialism, in order to break apart with the current social order, a most difficult but not fruitless task.

Key words: Social movements, capital, structural crisis.

Introdução

O texto é parte de uma pesquisa⁴ que busca analisar os sentidos da relação trabalho e educação na formação do trabalhador-aluno como ser social, através de programas oficiais de inclusão de jovens, a exemplo do PROJOVEM⁵. Em contraponto ao subjetivismo, ao teorismo e ao pragmatismo como regentes hegemônicos da análise do real, apoiamos-nos em Marx e Lukács por entendermos a processualidade humana como totalidade composta de objetividade e subjetividade, tendo no trabalho sua categoria fundante. Junto com Leontiev apoiado em Marx, reafirmamos, ademais, o trabalho, como protoforma da atividade humana, no rastro das possibilidades do homem vir a tornar-se homem do homem⁶.

Nesse sentido, buscamos o fortalecimento de movimentos sociais que intensifiquem o horizonte da emancipação humana, consubstanciada em uma sociabilidade para além do capital, para além da cidadania como objetivo primeiro da social democracia, a favor de movimentos sociais que mantenham viva a luta pela superação da (de)formação humana decorrente da inadequada articulação entre espírito-matéria, subjetividade-objetividade, trabalho manual-trabalho intelectual, presente nos paradigmas dominantes da formação do educador na contemporaneidade.

Inicialmente faremos um esboço sobre a crise estrutural do capital e seus rebatimentos no mundo do trabalho e na classe trabalhadora. Em seguida discutiremos concepções de movimentos sociais, enfocando as concepções de novos movimentos sociais (NMS) e os modos de enfrentamento dos quais os movimentos sociais (MS) têm se utilizado na perspectiva de criar possibilidades de existência do homem. Por fim, discutiremos noções de autonomia e descentralização sob a lógica das chamadas “novas formas de articulação da subjetividade”,

⁴ O artigo faz parte dos resultados parciais da Pesquisa de Iniciação Científica que tem como título “Atividade e formação social: quando os trabalhadores são alunos”, desenvolvida na UECE com apoio da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP).

⁵ Defendemos efetivamente ações educativas coletivas que busquem a superação de qualquer maneira de formação humana que fortaleça a escola, enquanto instrumento de reprodução da sociabilidade do capital.

⁶ Ver mais sobre indivíduo e gênero humano no livro O Desenvolvimento do Psiquismo Humano de Alexis Leontiev.

configuradas nos movimentos sociais na contemporaneidade, concluindo o artigo, destacando ações que podemos viabilizar diante do refluxo dos movimentos sociais frente à barbárie hoje posta e que cada vez mais fragmenta o homem como ser social.

O capital em crise estrutural e suas conseqüências para a classe trabalhadora

A crise estrutural do capital tem implicado uma série de problemas cruciais no interior do mundo do trabalho, para a classe trabalhadora, no movimento sindical e operário. Viabilizada pela materialidade destrutiva da autorreprodução do capital, a exploração do homem acentua-se em todos os sentidos de sua existência, afetando os trabalhadores na sua forma de ser, e comprometendo, como assinala Antunes (2002, p. 188) tanto a materialidade da classe trabalhadora como “a sua esfera mais propriamente subjetiva, política, ideológica dos valores e do ideário, pautado em ações concretas”. Conforme Mészáros (1988), a crise atinge toda a humanidade exigindo, para que esta sobreviva, mudanças fundamentais no modo como o metabolismo social é controlado.

Se por um lado constata-se um elevado grau no avanço científico e tecnológico, por outro, observa-se o analfabetismo que permanece em índices assustadores – sinal da contradição do modo de sociabilidade capitalista. Uma vez alfabetizados e/ou concluída parte de sua escolarização, os jovens, para falar da faixa etária dos sujeitos do nosso estudo, veem à sua frente todo tipo de obstáculos na tentativa do primeiro emprego, orquestrados pelas exigências de um mercado de trabalho nada potencializador da existência humana. Tais exigências coadunam com um processo de escolarização no qual se incluem: um elenco de habilidades e conhecimentos que engendram (de)formação humana e mão-de-obra para o capital. Como reconhece Tonet (2008), formar cidadãos na sociabilidade do capital significa formar para a escravidão moderna.

Nos contornos de crise do capital em seu metabolismo e de seus rebatimentos para a classe trabalhadora, destacamos o desmoronamento do Leste Europeu, paralelamente ao enfraquecimento da esquerda stalinista, um avanço no processo político e ideológico da social democracia, por conseguinte a subordinação

da esquerda sindical e partidária⁷ aos ditames do capital. Some-se a isso a ascensão do ideário neoliberal desde os anos 70 e a crise do Welfare State. Acrescenta-se também o fortalecimento do neoliberalismo nos países capitalistas e nos países subordinados. Constando no programa e ideário neoliberal, a reestruturação produtiva, a privatização acelerada, o enxugamento do Estado, a política fiscal e monetária em consonância com os organismos internacionais de hegemonia e sustentação do capital, a exemplo do BIRD e FMI. No que se refere às formas de ser da classe trabalhadora, inseridos no corolário do neoliberalismo, ainda consta, segundo Antunes (2002, p.187):

Desmontagem dos direitos sociais dos trabalhadores, combate cerrado aos sindicatos de esquerda, propagação de um subjetivismo e de um individualismo exacerbados, dos quais a cultura “pós-moderna, é expressão, animosidade direta contra qualquer proposta socialista contrária aos valores e interesses do capital.

Vê-se a materialidade autodestrutiva do capital, sob as mais diversas faces, seja na diminuição do operariado manual, fabril, seja na precarização do trabalho ou na subproletarização, na expansão do trabalho feminino terceirizado, subcontratado, *part-time*, na expansão do setor de serviços, em que se concentram os assalariados médios, na exclusão dos trabalhadores em todas as faixas etárias. Diante do exposto, questionamos: *o que querem os movimentos sociais?*

Concepções de movimentos sociais e novos movimentos sociais

Para analisar as novas configurações dos movimentos sociais no contexto da crise estrutural do capital, faz-se necessário compreender a ontologia do pensamento e da atividade do homem. Isto implica em reconhecer o trabalho como protoforma da atividade humana, e o homem como um complexo de complexos oriundos do modo de reprodução do homem, os quais tomam formas diferenciadas

⁷ Rio (2007) analisa os problemas decorrentes do discurso social democrata e o conflito entre democracia e cidadania em oposição à perspectiva socialista e a emancipação humana

diante da relação antagônica entre capital e trabalho. Isto posto, faz-se necessário, de acordo com Tonet (2008, p.11):

[...] conhecer a realidade social concreta, aí estando implicados, a história da humanidade, a forma capitalista da sociabilidade e a natureza da crise pela qual ela passa hoje, bem como seus rebatimentos sobre a realidade mais próxima na qual se atua.

Nos contrapomos às teorias hegemônicas, nas quais diversas categorias são postas como superiores à categoria trabalho, negando seu caráter de fundamento ontológico do homem. Desse modo, consideramos com Tonet (2008) que o conjunto de fundamentos que nos permite conhecer a realidade social concreta, não poderá ser encontrado no aporte teórico das ciências humanas e da filosofia, hoje dominantes. Tal reflexão enche-se de sentido, uma vez que este ideário toma como base, autores vinculados à pós-modernidade e/ou aqueles que instituem o primado dos novos movimentos sociais, denominados também de movimentos emergentes, portanto com “novos atores e novos problemas sociais” a serem enfrentados, por exemplo, gênero, homossexualidade, meio ambiente, multiculturalismo, juventude, subjetividade.

Para efeito deste estudo tomamos algumas concepções de movimentos sociais (MS) e novos movimentos sociais (NMS) discutidas por Gohn (2000) e Melluci (2001). Gohn (2000) constata que as partes envolvidas nos problemas sociais, a saber: cientistas sociais e pessoas comuns têm visões diferentes sobre o que é um MS e reconhece que diante da heterogeneidade dos problemas sociais torna-se difícil conceituá-los, no entanto assegura que, suas categorias centrais e os modos de enfrentamento, ou seja, seus fundamentos teórico-práticos revelam o que querem alcançar.

Nesse sentido, diz a autora, quem permanece de alguma forma distante daquilo que caracteriza de fato a luta coletiva dos MS, pode interpretá-los de forma equivocada. Com isso, conforme a autora, desfocam a objetividade dos acontecimentos no seu contexto, considerando os movimentos sociais como um todo homogêneo, deixando de fora todas as particularidades e contradições que constituem um MS. Tais contradições aparecem seja em seus elementos e categorias, seja em suas fases de desenvolvimento, ou ainda nas etapas

necessárias à investigação, e nas principais formas de manifestação coletiva. Assim, Gohn (2000) assinala que cientistas sociais vêm buscando entender os MS em todas as suas dimensões, crenças, valores, diferenças internas e as práticas sociopolíticas envolvidas.

A autora ainda reconhece que diante de problemas cada vez mais complexos, cada vez mais freqüentes, decorrentes das mudanças na estrutura econômica mundial, as quais interferem nas políticas de Estado, os MS também vêm passando por mudanças de conteúdo e de forma nos referenciais de análise, na sua práxis e organização de sua base social. Com isso, os chamados *novos movimentos sociais*, abrem um leque de novas categorias e discussões. A autora assinala que em vez de privilegiarem as lutas de classe, os NMS dizem mais respeito a conflitos entre atores e sociedade.

Para Ghon (2000) os NMS vêm preencher uma lacuna deixada pelas explicações macro-objetivas, ressaltando que as dimensões subjetivas⁸ de ação social, relativas ao sistema de valores dos grupos sociais não se fazem compreender apenas por tais explicações. A justificativa advém do fato de que a própria categoria classe social ou a análise apenas das explicações macro-objetivas não dá conta de explicar todas as dimensões e fenômenos da vida social. Afirmar com esta propositura teórica acabam por reforçar o primado do subjetivismo, do esvaziamento da correta articulação entre objetivação-subjetivação presente no interior da processualidade humana via trabalho, da exteriorização do sujeito no contexto da objetivação⁹.

Nos estudos de Habermas (1968) sobre a ação comunicativa, a categoria trabalho apenas permeia a dialética que explica o processo de formação do espírito e da espécie. Para ele, o desejo humano não é imediatamente satisfeito, pois o trabalho perpassa o instante do desejo com a técnica hoje tão exigida nos novos modos de produção. Nesse sentido, Habermas (1968) destaca a relação entre

⁸ Gohn (2000) cita autores como Castoriadis, Benedict e Thompson (1981) posto que contribuíram sobremaneira para a fundamentação de categorias que dizem respeito à dimensão subjetiva. Tal construção, diz a autora, se deu dentro de um contexto de luta, em que a experiência de grupo e a partilha de valores socialmente referenciados foram norteadores do processo. Sobre que estradas corre o carro da história diante das singularidades sem uma visão de totalidade, da supremacia da subjetividade, da alteridade, da linguagem em detrimento da perspectiva dos movimentos sociais tendo como eixo a luta de classe e do trabalho como protoforma da atividade humana?

⁹ Sergio Lessa discute com propriedade a relação entre teleologia, causalidade e objetivação no livro *O Mundo dos Homens: trabalho e ser social* (2002).

trabalho, interação e a categoria alteridade. Assim sendo, o meu desejo passa a ser o desejo do outro. Leher (2001, p. 146), ao discutir alguns pressupostos que estão na base da designação “novos movimentos sociais”, identifica que:

[...] estes são tidos como característicos do período atual de *globalização*. Neste período, dito de desaparecimento do trabalho, antigas formas de organização social estariam vivendo o seu ocaso, como os sindicatos e os partidos com orientação marxista, por exemplo, enquanto novas esferas estariam se afirmando no lugar da “antiga” sociedade de classes, cindida pelas relações de produção. No cerne da vida social da nova era, estaria emergindo uma sociedade civil renovada, lugar de autonomia e de participação, por meio de interações dialógicas capazes de configurar uma “esfera pública”.

Como podemos observar, ecoa um subjetivismo sem limites em detrimento da correta articulação entre objetividade e subjetividade constituinte da processualidade humana como totalidade, o que acarreta uma análise fragmentada da realidade objetiva. Lukács (1994, p. 2-3) ao analisar os lineamentos da ontologia marxiana, reconhece que:

Todo existente deve ser sempre objetivo, ou seja, deve ser sempre parte (movente e movida) de um complexo concreto. Isso conduz a duas consequências fundamentais. Em primeiro lugar, o ser em seu conjunto é visto como um processo histórico; em segundo, as categorias não são tidas como enunciados, sobre algo que é ou que se torna, mas sim como formas moventes e movidas da própria matéria.

A ênfase dada à linguagem, ao discurso, à subjetividade como categorias independentes e sobrepostas à categoria trabalho como fundamento ontológico do homem, dão margem a idealismos, a ontologias fictícias, a explicações do real que caem de cima para baixo, e não da terra para o céu, como propõe Marx, encobrindo com o denso véu ideológico a origem de problemas como desemprego, empregabilidade, terceirização, regime *part-time*, trabalho infantil, desemprego dos mais jovens e dos mais velhos, a pressão sofrida pelos movimentos sociais, a crescente barbárie; como se tais problemas não viessem na esteira da crise estrutural do capital, oriundos do antagonismo entre capital e trabalho. Em relação à linguagem, a produção das idéias e representações, Marx e Engels (2006, p. 51) asseveram que:

A produção de idéias, de representações e da consciência está, no princípio, diretamente vinculadas à atividade material e intercâmbio material dos homens, com a linguagem da vida real. As representações, o pensamento, o comércio espiritual entre os homens, aparecem aqui como emanção direta de seu comportamento material. São os homens produtores de suas representações, de suas idéias, etc., mas os homens reais e atuantes, tal como são condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e das relações a eles correspondentes, até chegar às suas mais amplas formações. A consciência nunca pode ser outra coisa que o ser consciente, e o ser do homem é o processo da vida real.

Ainda no que se refere à regência do subjetivismo nos movimentos sociais na contemporaneidade, Leher (2001) identifica que os críticos da sociedade do trabalho atribuem à revolução tecnológica e à emergência da globalização a possibilidade de novas perspectivas para os movimentos sociais, a saber, outras formas de articulação da subjetividade. Isto posto, em vez de mais intervenção do Estado, a meta seria a criação de *esferas públicas* não estatais, esferas de *autodeterminação e autogestão* para os indivíduos e os cidadãos. Com efeito, os movimentos sociais passam muitas vezes a serem vistos como parceiros do Estado na implementação de determinadas políticas públicas, o que configura de fato, despolitização.

Para Gohn (2000) reina uma dicotomia entre o vivido sem conceito e o conceito sem vida, prova de que há muito que ser pesquisado, tamanha a variedade de problemáticas a serem estudadas no campo de ação dos MS, destacando nesse contexto os estudos de Melluci (2001), pois neles o autor identifica a heterogeneidade de formas de mobilização e da complexidade no enquadramento das ações coletivas contemporâneas nas categorias disponíveis¹⁰. O trabalho de Melluci (2001, p. 9) nos últimos 20 anos, expresso no prefácio da obra *A Invenção do Presente* preocupa-se com:

[...] o desafio teórico e da busca de decompor os elementos da ação coletiva contemporânea que exigem um quadro conceitual diverso daquele do capitalismo industrial. De uma parte, diz o autor as sociedades contemporâneas, fundadas na informação, produzem recursos crescentes de autonomia para os atores individuais e coletivos. Os sistemas complexos podem funcionar somente se a informação produzida circula no seu interior e se os seus atores estão em condições de recebê-la, interpretá-la, transmiti-la.

¹⁰ Algumas concepções de MS e NMS apontadas por Melluci estão contidas no livro *A Invenção do Presente* (2001).

Melluci (2001, p.09) ainda salienta que:

[...] os sistemas complexos exigem formas de poder e de controle que asseguram a sua integração e devem avançar até o nível mais íntimo no qual se forma o sentido do agir individual e coletivo. Assegura ainda que não é suficiente controlar a ação manifesta, mas interferir nas suas raízes motivacionais, cognitivas, afetivas é preciso manipular a estrutura profunda da personalidade e da própria estrutura biológica.

A suposta autonomia presente nas chamadas novas formas de articulação da subjetividade nos movimentos sociais não é estranha à crise estrutural do capital. Em sua lógica destrutiva vigente, o capital atinge tanto a esfera material da classe trabalhadora quanto a sua esfera mais propriamente subjetiva. Com isso, os centros de poder aproximam-se de forma sedutora dos novos movimentos sociais, elegendo as ONGs como *parceiras* na sua dinâmica mundial de operações.

Para Leher (2001) são diversas as iniciativas governamentais nesse sentido. No campo educacional o autor cita a educação de jovens e adultos, a “adoção” de escolas públicas pelo terceiro setor, a formação profissional, tendo como principais parceiros, os sindicatos, as ONGs e o terceiro setor. Quanto à participação da sociedade civil, esta, ao ser chamada a implementar políticas públicas, fortalece a redefinição do papel do Estado.

A autonomia hoje tão valorizada em meio à crise estrutural do capital inclui-se originalmente no núcleo duro da formulação do pensamento liberal. Conforme Leher (2001) a palavra “autonomia” pode ser facilmente incluída entre as palavras-chaves do léxico neoliberal. Segundo o autor, a partir da leitura dos documentos de política educacional do Banco Mundial, da Unesco e da Cepal, elaborados na última década, podemos atestar o fato. Nesse sentido Leher (2001, p. 165), assinala que:

[...] pode parecer inusitado, mas o exame das proposições de von Hayek, no famoso Simpósio de Alpbach, “Além do Reduccionismo”, realizado em 1969, nos permite compreender que existe uma íntima relação entre o liberalismo e os temas da auto-organização e da autonomia. Com efeito, nesse tipo de

formulação, a ordem social espontânea e a possibilidade de autoequilíbrio o mercado compõem o núcleo sólido do pensamento neoliberal.

As políticas de descentralização hoje vigentes nas suas mais diversas áreas (educação, saúde e outras) estão inscritas na lógica da autonomia defendida pela forma social capital hoje em crise estrutural, a qual coaduna com a lógica da cidadania hoje tão valorizada. Nesse sentido, as responsabilidades da União são repassadas para os estados e municípios, tendo como pretexto, conforme assevera Leher (2001), aproximar a gestão da verba da população usuária, ou seja, uma transferência parcial ou total do custeio de políticas públicas para a população que delas fazem uso.

No contraponto da fundamentação teórico-prática das concepções sobre movimentos sociais e dos assim chamados novos movimentos sociais aqui apresentados, reafirmamos com Tonet (2008) que o marxismo ainda é o corpo teórico mais fecundo para a compreensão do real, partindo das condições concretas da existência humana, sem idealismos, na contramão da igualdade natural, livre das amarras da acomodação frente à barbárie, para além das limitações da cidadania, portanto na perspectiva de uma nova sociabilidade com vistas à emancipação humana, não apenas tentando remendar a sociabilidade do capital, uma vez que essa, como aponta Mézaros (1988), é irreformável, mas buscando a raiz dos problemas que dela engendram.

Notas conclusivas

A concepção de movimentos sociais discutida por Gohn (2000) e Melluci (2001), nela incluída a dos NMS demonstra o avanço no processo político e ideológico da social democracia, por conseguinte da subordinação da esquerda sindical e partidária às diretrizes do neoliberalismo. Na esteira destas concepções vemos os refluxos dos movimentos sociais que se rendem aos ditames do capital em desespero por se fortalecer através do programa e do ideário neoliberal.

Com efeito, a inadequação e até mesmo a ausência de conceitos para a infinidade de problemas oriundos da crise estrutural por que passa o capitalismo,

reflete a limitação¹¹ das teorias hegemônicas na explicação do real, uma vez que não dão conta da totalidade, da análise do homem, como assinala Lessa (2002, p. 24) *um complexo de complexos, internamente heterogêneos, porém por último unitários*. Novos ou velhos movimentos sociais, heterogêneos que sejam, precisam ser analisados por uma teoria que compreenda a classe trabalhadora que está aí, uma vez que o adeus ao proletariado não foi efetivado e como explica Antunes (2002, p. 211) temos um leque diferenciado de grupamentos e segmentos que compõem a classe que vive do trabalho.

A relação antagônica entre capital e trabalho, matriz da sociabilidade capitalista, as crises cíclicas deste modo de produção, a crise estrutural do capital e seus rebatimentos são engendrados pelas relações sociais de dominação, pelos próprios homens concretos no movimento do real. Nesse sentido, descentralização e autonomia tornam-se artigos de ampla necessidade à reprodução do capital em sua lógica destrutiva. Assim, sob a regência do subjetivismo, vemos o fortalecimento no campo educacional, não da universalização do ensino público em todos os níveis, perspectivado no conhecimento historicamente acumulado pela humanidade, pautado na consecução do gênero humano, mas a educação de caráter minimalista, capaz apenas de aliviar a pobreza.

Uma vez conscientes do fato, de que nem sempre a história foi marcada pela exploração do homem pelo homem, temos de buscar tornar claro nosso objetivo, que é o de lutar por uma nova sociabilidade, tendo em sua base o trabalho associado. Armados com os fundamentos da ontocrítica marxiana abrimos possibilidade para desenvolvermos ações educativas frente à materialidade autoreprodutiva do capital em seu antagonismo com o trabalho.

Ancorados na ontologia marxiana-lukacsiana, defendemos que o homem busca sua liberdade a partir de sua atuação, embora só possa assim proceder porque toda sua atividade já contém como parte constitutiva necessária, também um

¹¹ “Alguns teóricos apontam subdivisões da categoria MS e outros vão na contramão das subdivisões, comuns na análise dos MS. Tilly, Tardow e Mcadam (1996) usam a terminologia ‘litígios políticos’ para retirar as subdivisões que advêm da heterogeneidade dessas ações e pela necessidade que cientistas políticos vêem em enquadrarem tais movimentos.” (GOHN, 2000, p. 243-244).

momento de liberdade. Isto posto, cabe a nós partirmos rumo ao socialismo, certos de que a tarefa de rompermos com a ordem posta, é difícilima, não, infrutífera.

Bibliografia

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos Movimentos Sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

HABERMAS, Jurgen. **Técnica e Ciência como 'Ideologia'**. Portugal: Edições 70. 1968.

LEONTIEV, Alexis. **O Desenvolvimento do Psiquismo Humano**. São Paulo, Editora Centauro, 2004.

LEHER, Roberto. Tempo, autonomia, sociedade civil e esfera pública: introdução ao debate a propósito dos “novos movimentos sociais na educação”. In: GENTILLI, Pablo; FRIGOTTO, Gaudêncio. **A Cidadania Negada**: políticas de exclusão na educação e no trabalho. São Paulo: Editora Cortez/ CLACSO, 2001.

LESSA, Sergio. **O Mundo dos Homens**: trabalho e ser social. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

LUKÁCS, Georg. As Bases Ontológicas do Pensamento e da Atividade do Homem. **Revista Temas**, n. 5, 1994.

MARX; ENGELS. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2006.

MELLUCI, Alberto. **A Invenção do Presente**: movimentos sociais nas sociedades complexas. Petrópolis-RJ: Vozes, 2001.

MÉSZÁROS, István. A Crise Estrutural do Capital. **Monthly Review**, fev. 1988.

RIO, Cristiane Porfírio de Oliveira. Democracia e Cidadania versus Socialismo e Emancipação Humana. In: JIMENEZ, Susana; SOARES, Rômulo; DO CARMO,

Maurilene; PORFÍRIO, Cristiane. **Contra o Pragmatismo a Favor da Filosofia da Práxis**: uma coletânea de estudos classistas. Fortaleza: EdUECE/IMO, 2007.

TONET, Ivo. **Educação, Cidadania e Emancipação Humana**. Ijuí: Unijuí, 2005.

_____. **Educação e Formação Humana**. Disponível em:
<<http://www.sergiolessa.com>>. Acesso em: 5 jul. 2008.